REVISTA DA ABPN

DOI 10.31418/2177-2770.2023.v17.c.1.p. 161-181 | ISSN 2177-2770
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

De África ao Brasil: saberes afrodiaspóricos sobre quilombo e família.

Thiago da Silva Santana[1]
Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Florianópolis, SC, Brasil.

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a influência da filosofia africana na família na sociedade atual, destacando especialmente seu impacto nas comunidades quilombolas. Para alcançar uma compreensão mais profunda dessa conexão e sua relevância, iniciaremos investigando a construção familiar do povo negro durante o período da escravidão no Brasil. Isso nos permitirá examinar de forma mais abrangente as contribuições dessas noções de família para nossa sociedade contemporânea. O objetivo deste artigo é evidenciar como os ensinamentos africanos, muitas vezes negligenciados pelas ciências sociais no Brasil, exercem uma influência notável em várias facetas de nossas relações e orientações para a construção de nossa sociedade. Essa influência é revelada de maneira marcante em nossa concepção de família extensa, tal como definida pelo direito de família, e também desempenha um papel fundamental na formação, preservação e continuidade das comunidades quilombolas em nosso país.

Palavras-Chave: Filosofia africana; quilombo; família extensa.

From Africa to Brazil: African Philosophies in the Construction of Extended Families to Quilombola Communities

Abstract: This article aims to analyze the influence of African philosophy on family in contemporary society, with a special focus on its impact on Quilombola communities. To achieve a deeper understanding of this connection and its relevance, we will begin by investigating the family structure of Black people during the period of slavery in Brazil. This will allow us to more comprehensively examine the contributions of these notions of family to our contemporary society. The objective of this article is to highlight how

[1]Doutorando em Antropologia Social pela UFSC, Mestre em Antropologia Social (2021) pela mesma instituição. Bacharel em Direito (2019) e Bacharel Interdisciplinar em Humanidades (201X) pela UFBA. Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos em Oralidade e Performance (GESTO/UFSC). Co-fundador do Coletivo de Antropólogos Afro-IndígenaS (CAAIS) PPGAS/UFSC. Membro do Projeto de Extensão permanente Ébo Epistêmico (UFSC) que desenvolve atividades de letramento racial em escolas públicas da educação básica. Advogado membro do Kabecilê Jurídico, grupo formado pelo Movimento Negro Unificado de Santa Catarina (MNU/SC), sem fins lucrativos (pro bono). E-mail: santana-thiago@outlook.com e ORCID https://orcid.org/0009-0004-4454-4840

African teachings, often overlooked by social sciences in Brazil, exert a notable influence on various aspects of our relationships and orientations in shaping our society. This influence is prominently revealed in our conception of the extended family, as defined by family law, and also plays a crucial role in the formation, preservation, and continuity of Quilombola communities in our country.

Keywords: African philosophy; quilombo; extended family.

De África a Brasil: Filosofías Africanas en la Construcción de Familias Extendidas en las Comunidades Quilombolas

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la influencia de la filosofía africana en la familia en la sociedad actual, destacando especialmente su impacto en las comunidades quilombolas. Para lograr una comprensión más profunda de esta conexión y su relevancia, comenzaremos investigando la estructura familiar del pueblo negro durante el período de esclavitud en Brasil. Esto nos permitirá examinar de manera más completa las contribuciones de estas nociones de familia a nuestra sociedad contemporánea. El objetivo de este artículo es destacar cómo las enseñanzas africanas, a menudo pasadas por alto por las ciencias sociales en Brasil, ejercen una influencia notable en varias facetas de nuestras relaciones y orientaciones en la construcción de nuestra sociedad. Esta influencia se revela de manera destacada en nuestra concepción de la familia extendida, tal como está definida por el derecho de familia, y también desempeña un papel fundamental en la formación, preservación y continuidad de las comunidades quilombolas en nuestro país.

Palabras-clave: Filosofía africana; quilombo; familia extendida.

D'Afrique au Brésil : Les philosophies africaines dans la construction des familles élargies aux communautés quilombolas

Résumé: Cet article vise à analyser l'influence de la philosophie africaine sur la famille dans la société contemporaine, en mettant particulièrement en avant son impact sur les communautés quilombolas. Pour parvenir à une compréhension plus approfondie de cette connexion et de sa pertinence, nous commencerons par enquêter sur la structure familiale du peuple noir pendant la période de l'esclavage au Brésil. Cela nous permettra d'examiner de manière plus complète les contributions de ces notions de famille à notre société contemporaine. L'objectif de cet article est de mettre en évidence comment les enseignements africains, souvent négligés par les sciences sociales au Brésil, exercent une influence notable sur divers aspects de nos relations et orientations dans la construction de notre société. Cette influence se manifeste de manière marquante dans notre conception de la famille élargie, telle que définie par le droit de la famille, et joue également un rôle fondamental dans la formation, la préservation et la continuité des communautés quilombolas dans notre pays.

Mots-clés: Philosophie africaine; quilombo; famille élargie.

INTRODUÇÃO

De que família, família de quem estamos falando?
Nkiru Nzegwu

sabes que em cada coração de negro
há um quilombo pulsando
em cada barraco
outro palmares crepita
os fogos de Xangô
iluminando nossa luta
atual e passada
Abdias Nascimento

O presente artigo tem como objetivo principal a análise da influência da filosofia africana nas formações familiares na sociedade contemporânea, com uma abordagem especial na concepção utilizada pelo aparato jurídico de família extensa, e no seu impacto nas comunidades quilombolas.

A reflexão sobre o quilombo e a instituição familiar, assim como a convergência destes dois campos de pesquisa fundamentais, têm sido motores impulsionadores de minhas investigações científicas por vários anos. Recorrendo aos alicerces teóricos legados por pensadores como Beatriz Nascimento (1976, 1977), Abdias do Nascimento (1980) até Oyèrónké Oyěwùmí (2004) e Theophilus Okere (1983), exploramos um referencial que se estende desde o contexto brasileiro até as raízes africanas, do Brasil até África, destacando e privilegiando os saberes dos autores do sul global. Dentro do ciclo do tempo espiralar (MARTINS, 2021), minha trajetória inicial consistiu em compreender a formação da família quilombola no Brasil e a influência da África na construção do que denominamos família. Compondo, então, uma etnografia de situações familiares, investigando casos e histórias, seguindo narrativizadora proposta por Cardoso (2007), com o intuito de aprofundar a compreensão das dinâmicas relacionais. Simultaneamente, explorei teoricamente a interseção entre a filosofia africana, tal como delineada por Oyěwùmí (2004), na configuração da família quilombola, tema central desta investigação. Assim, vale salientar, as exposições apresentadas neste artigo emergem da construção meticulosa de dados etnográficos, os quais estão sendo encontrados, trabalhados e explorados com base nas informações obtidas no campo.

Para alcançar uma compreensão mais profunda dessa relação e sua relevância, iniciaremos nossa investigação explorando a estrutura familiar das pessoas negras durante o período da escravização no Brasil. Essa abordagem nos permitirá examinar amplamente as contribuições desses princípios familiares para a sociedade atual. Isso porque, como comprovado por diversos autores, a exemplo de Mariza Corrêa (1981) e Eni Samara (2002), esta parcela significativa da sociedade brasileira foi por muito tempo tratada nas pesquisas sociais como uma "massa amorfa", ou seja, uma entidade indistinta e pouco explorada por aqueles que se dedicaram à historiografia da formação familiar no país.

Se, como nos informa Santana (2018), no século XV, quando os europeus desembarcaram em África, foram surpreendidos pelas diferenças marcantes nos modos de vida em relação aos seus próprios, podemos compreender que um dos aspectos mais notáveis era a predominância da estrutura de família extensa nas relações sociais, desempenhando um papel crucial na definição da identidade daqueles que compartilhavam um território. Deste modo, o que denomino de família extensa ainda em África, embora possua características singulares e distintas das concepções atuais, representa a raiz de muitas estruturas familiares que se encontram na sociedade contemporânea do Brasil. Mas não só em terras brasileiras, ainda que não exploremos neste artigo, vale destacar que Zora Neale Hurston (1931) nos oferece uma informação importante diante de seus estudos antropológicos. A autora nos conta que nos EUA de 1887, homens e mulheres negros e negras juntaram-se para comprar e viver em terras sulistas da america do norte, construindo juntos a primeira cidade inteiramente preta, Eatonville[2], a cidade negra mais antiga dos norte-americanos, serviu como lugar de liberdade e autonomia para outros negros do país, unido-os assim, pela cor e pela necessidade de mudança para uma vida melhor.

Os estudos sobre Eatonville na Flórida de Hurston guarda notável semelhança, contextualizando devidamente, com a formação das comunidades quilombolas no Brasil - originalmente também conhecida como mocambos (LEITE, 2000). Podemos compreender que os quilombos africanos, concebidos como fortalezas onde guerreiros africanos realizavam rituais de iniciação para combate e magia (SANTANA, 2018), apresentam paralelos com suas contrapartes sul-americanas e, em certa medida, com o

[2] Eatonville continua sendo uma cidade majoritariamente preta, com pessoas negras ocupando diversos cargos de poder, por exemplo.

cenário descrito por Hurston em suas pesquisas. Todos buscavam criar um espaço seguro e protegido para suas comunidades, onde as condições de igualdade em relação à posse da terra fossem uma aspiração compartilhada, assim existe uma "filosofia africana" trazida nos sequestros da diáspora africana que contribuiu significativamente para a formação da sociedade brasileira. É relevante destacar que o termo "quilombo", de origem bantu, engloba significados como "povoado" ou "fortaleza".

> O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. (MUNANGA, 1996, p. 58)

A temática que aborda quilombo, família, raça e gênero tem sido o foco central da minha pesquisa ao longo de um longo período. Inicialmente, meu objetivo era compreender a contribuição dos povos negros escravizados de África para o direito da família no Brasil. Em seguida, como pesquisador, minha abordagem evoluiu para a realização de uma etnografia do chamado "Caso Gracinha[3]". Além disso, busquei explorar a participação de homens negros quilombolas frequentemente negligenciados pelo Estado e entender como isso afeta suas relações familiares. Nesse contexto, a incorporação da filosofia africana tornou-se fundamental para a compreensão daquilo que denominamos de "modo de vida", elemento que pretendemos descrever detalhadamente nas etnografias que realizamos.

O presente artigo foi elaborado de maneira multidisciplinar - com contribuições da antropologia, literatura, filosofia, história e direito -, abrangendo diferentes áreas de estudo, como família, africanidades, negritude e quilombos no Brasil. A intenção é estabelecer um diálogo plúrimo e diversificado, com destaque para a valiosa contribuição filosófica de pensadores africanos e negros do Brasil. Isto porque, acreditamos que desta forma podemos tentar desfocar o solipsismo branco (SPELMAN, 1988, p. 116) do nosso

[3] O intitulado Caso Gracinha trata-se de uma mãe quilombola de Santa Catarina que perde a guarda das filhas, entre as justificativas está o fato dela ser, segundo a juíza, "descendente de escravos", você pode encontrar a pesquisa detalhada do caso em: SANTANA, Thiago. **"*Dois uterozinhos por aí…*": uma etnografia do processo de suspensão do poder familiar de Gracinha**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2021.

modo de fazer ciência, negando que a brancura seja o centro das nossas pesquisas. Ainda assim, alguns autores brancos serão utilizados para demonstrar o fazer científico de muitos anos, relacionado com as temáticas que abordamos.

O objetivo central deste estudo é evidenciar a contribuição significativa dos ensinamentos africanos, que muitas vezes são subestimados pelas ciências sociais brasileiras. Essa influência se estende de forma substancial por vários aspectos de nossas relações interpessoais e serve como alicerces fundamentais na construção de nossa sociedade.

QUILOMBO BRASILEIRO COMO FILOSOFIA AFRICANA

> Por que os corpos negros na África Ocidental foram vendidos a comerciantes marítimos da América? Por que eles foram comprados? O chicote não viu a humanidade nos olhos daqueles cujas costas ele bordou com cicatrizes e morte? Suas histórias não sangraram para questionar sua fúria?
>
> **Bayo Akomolafe - Quando você encontra o monstro, unte seus pés**

Não há um registro pontual para estabelecer quando se iniciou a escravização (MUNANGA, 2010) no Brasil. A história nos conta que Jorge Luiz Bixorda teria sido o primeiro traficante de pessoas pretas de África para o país, mais especificamente, para a Bahia, em 1538 (REGO, 1968). A escravização (MUNANGA, 2010) estabeleceu-se de forma sistemática, onde pessoas brancas ocupavam o papel de senhores de cana-de-açucar, do alto de suas Casas Grandes; e negras e negros escravizados eram forçados ao trabalho braçal, com requintes de crueldade quando desafiavam as ordens estabelecidas.

> Argumenta-se que a sobrevivência das primeiras engenhocas, o plantio de cana-de-açúcar, do algodão, do café e do fumo foram os elementos decisivos, para que a metrópole enviasse para o Brasil os primeiros escravos africanos. Diante disso, vem a pergunta: quando chegaram os primeiros escravos? Vieram de Angola? (REGO, 1968, p. 9).

Nada destas informações acima são novidades para os estudos de colonialismo e escravização no Brasil, contudo, ainda é infinitesimal as dissertações acerca da formação familiar daquele período. Busca-se investigar apenas na formação dos quilombos e, muitas vezes, utilizam como sinônimos essas duas partes da história, como

se as famílias dos negros só fossem reconhecidas como família no período da formação dos quilombos. Se, o primeiro quilombo registrado no país remonta a 1575 no Estado da Bahia (SCHWARTZ, 1988), e os levantamentos históricos do tráfico negreiro ocorrem em 1538, existem trinta e sete anos onde pessoas negras não se juntaram, reproduziram, se amaram ou formaram família, se levarmos em consideração essa junção de "família" e "quilombo" para descrever as estruturas de família da época.

Gilberto Freyre ([1933] 2001), em seu estudo sociológico sobre a formação familiar do Brasil, destaca que a família patriarcal, era formada pelo homem, sustentáculo familiar, sua esposa, seus filhos e escravizados. Freyre ([1933] 2001) cria então uma identidade nacional para a vida doméstica na formação do país que viria a ser seguido por muitos anos como uníssona, de forma que encontramos semelhanças com seus conceitos em diversos pensadores. Wilson Martins (1989) nos indica que a inquietação com o denominado "Brasil diferente" alarmou diversos tradicionalistas e depois, nacionalistas, como Freyre, que acreditavam que a cultura brasileira - diga-se lusitana, na época - estava ameaçada com a quantidade de negros vivendo no país, que em suas confabulações acreditavam que estava à desaparecer.

Quando Gilberto Freyre escreveu "Casa Grande e Senzala" em 1933, o Brasil já havia deixado para trás há alguns anos o regime de escravização. Sua visão limitada sobre uma estrutura familiar, posteriormente contestada por outros estudiosos, como Mariza Corrêa (1981) e Eni Samara (2002), pareceu, claramente, ser resultado de uma falta de perspectiva ou pesquisa, que influenciou diretamente diversos pensadores por décadas no país.

Assim como Freyre, outros pesquisadores afirmaram que não existiam núcleos familiares entre os escravizados, como já dito, e perpetuavam a associação da imagem das pessoas negras no Brasil colonial com promiscuidade e devassidão sexual, revelando uma incapacidade de estabelecer relações amorosas e familiares. Rugendas (1972) aponta que, embora tenham ocorrido casamentos entre escravos, isso foi uma tentativa dos colonos de controlá-los e mantê-los dentro das fazendas, incentivando uma boa conduta. No entanto, uma "devassidão de costumes" (p. 142) tornou virtualmente impossível o estabelecimento de laços familiares entre os negros, como também observado pelo francês Debret (LIMA, 1978).

Posteriormente, Suely Queiroz (1998) destacou uma contradição relevante em relação aos estudos de Rugendas. A autora apontou que os senhores de engenho eram

contrários ao casamento entre os escravizados, pois não tinham interesse em mantê-los unidos. Isso se comprova com o fato histórico e indiscutível de que não havia nenhum problema em vender membros da mesma família separadamente, já que encaravam os escravizados como "máquinas procriadoras sem sentimentos". Portanto, retirar um filho, por exemplo, não era motivo de preocupação, uma vez que a mãe logo estaria dando à luz a outro. Um exemplo emblemático dessa lógica pode ser encontrado na história de Esperança Garcia.[4].

Em contraposição aos estudos mencionados anteriormente, a literatura nos fornece uma perspectiva esclarecedora sobre as falhas presentes nas pesquisas realizadas por renomados estudiosos brancos. Um exemplo disso é o trabalho da escritora Eliana Alves Cruz, cujo livro "Água de Barrela" (2018) apresenta uma pesquisa substancial sobre a formação familiar de seus antepassados, traçando conexões que remontam a cem anos atrás, seus ancestrais são identificados no contexto brasileiro. Ana Maria Gonçalves (2006) narra a história familiar de Luís Gama e sua mãe, Luiza Mahin, em "Um Defeito de Cor", embora uma parte significativa seja ficcional devido à escassez de registros sobre ambos. No entanto, mesmo com essas limitações, o trabalho de Gonçalves lança luz sobre a busca por raízes familiares durante o período escravocrata. Há mais de dois séculos, em 1859, a maranhense Maria Firmina dos Reis ([1859] 2004), considerada a primeira escritora negra a publicar um livro no Brasil[5], relata a vida de seus personagens, marcada por questões familiares. Vale destacar que, para além da importância de compreendermos o Brasil a partir da literatura, buscar intelectuais negras e negros para compor nossa pesquisa é valorizar as tradições africanas "para a compreensão da identidade brasileira, num momento em que intelectuais brancos teimavam em colocar a herança africana como um problema" (RAMOS & GOMES, 2021, p. 252).

Eni Samara (1989) compilou em seu artigo diversos relatos encontrados em testamentos, demonstrando a importância da família para a população negra entre 1800 e 1870, ressaltando o papel central dessas relações em suas vidas, tais como:

[4] Esperança Garcia foi uma mulher negra, mãe e escravizada, no ano de 1770, que ousou desafiar as injustiças que a oprimiam. Em 6 de setembro, ela redigiu uma carta dirigida ao governador da capitania do Piauí, denunciando veementemente os horrores que ela, suas companheiras e seus filhos apoiaram na implacável fazenda de Algodões, em Teresina. Disponível em: <https://esperancagarcia.org/esperanca-garcia/> Acesso dia: 30/08/2023.

[5] Nomeado "Úrsula".

> Em 14 de maio de 1830, na imperial cidade de São Paulo, Antonio Luiz, preto forro da nação Mina relatava cm testamento sua trajetória de vida. - Dizia que fora casado "com a falecida Maria Joaquina de cujo matrimônio não houveram filhos alguns e passando depois do falecimento de minha mulher à segundas núpcias com Joaquina escrava da falecida Oona Umbelina Eufrozina da Fonseca, da qual forrei depois que com ela me casei e tendo vivido cm minha companhia algum tempo sem que tivéssemos filhos, me deu alguns ônus. Deixou-me a um ano e na conformidade da lei nada tira de meus bens e para poder viver em liberdade e a seu gosto (...) fugiu de minha companhia desde o primeiro de janeiro de 1828 e tem continuado a ser me falsa e adultera. (SAMARA, 1989, p. 28).

Samara (1989) enfatiza a importância crucial da representação da vida familiar dos negros. Essa relevância não se limita apenas ao relato referenciado no artigo da autora, mas é corroborada por outros documentos de testamentos, que atestam a importância fundamental da descrição das estruturas familiares para o alojamento histórico (cf. Ida Lewkowicz, 1992; Kátia Mattoso, 1988). Uma justificativa determinante para essa abordagem, como apontada por esses autores, encontra-se nos estudos de Renato Dias (2017), que destaca que

> No período escravista, a astúcia dos africanos e descendentes se revelava nas táticas utilizadas para a sobrevivência física, moral e espiritual, estratégias manifestadas também na busca de independência por meio das irmandades religiosas – onde se viam cercados de “parentes”, construíam suas capelas e se congregavam fora do controle direto de seus senhores –, nas festas religiosas e na formação de fortes laços, através do casamento e do parentesco espiritual. Para melhor viver no mundo colonial era indispensável aos escravos recriar afinidades sociais, e a família era uma das formas basilares. (DIAS, 2017, p. 9)

Assim, é nítido que o interesse inicial derivava em uma estratégia de promover e construir novos vínculos afetivos entre os traficados e escravizados de África, numa tentativa de encontrar apoio dentro da comunidade a qual pertencia e “para adquirir a liberdade para os filhos ou mesmo para facilitar a vida.” (DIAS, 2017, p. 9). Além disso, a família desempenhava um papel essencial e estrutural nas sociedades africanas, conforme observado por Oyèronké Oyèwúmi (2004), sendo parte integrante de suas organizações e cosmovisão. Dessa forma, a formação da unidade familiar não apenas se baseava no afeto, na afirmação da identidade cultural e na recriação das tradições africanas, mas também servia como uma estratégia política para a sobrevivência, o recomeço e a luta pela liberdade.

Outro aspecto relevante a ser abordado é a questão dos laços consanguíneos, ou melhor, a ausência de sua necessidade para a formação familiar. Diversas pesquisas

exploram o conceito de compadrio (cf. Reis, 1998; Cavalcante, 2015), que envolve parentesco espiritual (cf. Schwartz, 1989) e também as relações entre amas-de-leite (cf. por Freyre, ([1933] 2001); Ermakoff, 2004; Quintas, 2009). Esses são elementos cruciais para a compreensão da dinâmica familiar durante o período abordado neste artigo, e estão intimamente relacionados com as interações entre negros e brancos. Nesse contexto, os laços de consanguinidade estão intrinsecamente ligados a uma filosofia africana que foi trazida e preservada pelos negros escravizados e posta em prática no Brasil.

As relações de parentesco na senzala transcendiam a mera consanguinidade entre os escravizados, abrangendo também laços de afeto e cuidado. Pode-se afirmar que essas redes representam os embriões do que, com o tempo, viria a se desenvolver como a concepção de "Família Extensa" no país.

Assim, essas informações nos conduzem por dois caminhos distintos para localizar a presença do negro, a dinâmica familiar e a africanidade na sociedade brasileira. O primeiro caminho nos leva às sociedades "não quilombolas", exemplificado nas pesquisas de Ruth Landes (1994), que ilustra como as mulheres baianas desempenharam um papel fundamental na economia local, e como suas relações familiares, não necessariamente baseadas na consanguinidade, influenciaram e transformaram a estrutura da cidade de Salvado; e outro exemplo é encontrado nas análises de João Ubaldo Ribeiro (2014) em "Viva o povo brasileiro", ao revelar como a sociedade brasileira construiu discursos e um sistema político-cultural que favoreceu a elite branca e consolidou o domínio sobre os negros. O segundo caminho nos leva às relações quilombolas, onde muitos pesquisadores descobriram que família e quilombo são conceitos interligados quando se trata de comunidades quilombolas. Este artigo não busca refutar tais perspectivas, mas sim compreender como a filosofia africana, que foi aplicada nas senzalas, que foi transportada para os quilombos, continua a ecoar nas terras brasileiras até os dias atuais.

Os pesquisadores que se dedicam ao estudo das comunidades quilombolas no Brasil têm apresentado um aprimoramento no entendimento do conceito de "quilombo" ao longo dos anos no país. Kabengele Munanga (1996) ressalta que, inicialmente, o quilombo brasileiro "é, sem dúvida, uma adaptação do quilombo africano, recriado pelos escravizados como resposta à estrutura escravista, estabelecendo uma nova estrutura política para abrigar todos os oprimidos" (p. 57) . Portanto, para Munanga (1996), o

quilombo brasileiro é, em essência, uma reinterpretação do quilombo africano como forma de resistência à escravização.

Clóvis Moura (1988) cunhou o termo "quilombagem" para descrever uma congregação de negros em um território, inicialmente formada por pessoas em situação de escravização e, posteriormente, por suas gerações subsequentes. Este conceito representa um movimento histórico e social significativo. Enquanto os quilombos representavam uma resistência palpável ao sistema escravista, ao Estado e aos senhores de escravos no passado, na contemporaneidade, assumiram o papel de promover e preservar a rica cultura afro-brasileira. Por sua vez, Abdias do Nascimento (1980) vê o quilombo, sobretudo, como um esforço para articular uma cosmovisão política. Para o autor:

> Os quilombos são uma das primeiras experiências de liberdade nas Américas Eles tinham uma estrutura comunitária baseada em valores culturais africanos. Sua organização política era democrática. Seu modelo econômico era o contrário do modelo colonial. Em vez de produzir um item só para exportação e depender da matriz imperial, tinham uma produção agrícola diversificada que provia seu próprio sustento e mantinham relações de troca e intercâmbio com as populações circundantes. (NASCIMENTO, 1980[6])

Kabengele Munanga (1996) aponta que em África o quilombo é associados aos homens, mas ainda assim é aberto a todos sem distinção de filiação ou linhagem, ainda assim para o autor "os membros eram submetidos a dramáticos rituais de iniciação que os retiravam do âmbito protetor de suas linhagens e os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis às armas de inimigos" (MILLER *apud* MUNANGA, 1996, p. 57). Para Munanga, o modelo bantu de unir africanos com diversos entendimentos culturais, assim como aqueles não-africanos, traz um caráter transcultural que foi fundamental para a cultura afro-brasileira.

> Imitando o modelo africano, eles transformaram esses territórios em espécie de campos de iniciação à resistência, campos esses abertos a todos os oprimidos da sociedade (negros, índios e brancos), prefigurando um modelo de democracia plurirracial que o Brasil ainda está a buscar. Não há como negar a presença, na liderança desses movimentos de fuga organizados, de indivíduos escravizados oriundos da região bantu, em especial de Angola, onde foi desenvolvido o quilombo. (MUNANGA, 1996, p. 63)

[6] O texto em questão não apresenta numeração de página, pois foi retirado do site oficial do autor. Os escritos são da apresentação de Abdias Nascimento de sua tese do quilombismo no 2º Congresso de Cultura Negra das Américas (Panamá, 1980). Disponível em: < http://www.abdias.com.br/movimento_negro/quilombismo.htm> Acesso dia: 25/08/2023.

Ilka Leite (2000) salienta que houve variações no significado do termo "quilombo", às vezes referindo-se a um local físico, outras vezes a um grupo de pessoas que habitam esse lugar. O termo pode representar tanto um local de práticas condenadas pela sociedade quanto uma expressão de união (LOPES et al *apud* LEITE, 2000, p. 336). Leite também observa que "a ampla aplicação do termo pode ter surgido da dificuldade dos historiadores em reconhecer o fenômeno como uma dimensão política de uma estrutura social diversificada" (idem, p. 337).

Nessa linha de raciocínio, Leite (2000) ainda aponta que "a própria abrangência do termo teria surgido devido à dificuldade dos historiadores em reconhecer o fenômeno como uma dimensão política de uma estrutura social diversa" (LEITE, 2000, p. 337). Portanto, refletir sobre o conceito de quilombo está intrinsecamente ligado a examinar o próprio quilombo como um objeto em constante construção e ressignificação (ARRUTI, 2008, p. 318), o que nos leva a entender que a concepção de família quilombola, um dos pontos de interesse deste estudo, também não é fixa e está sujeita a mudanças contínuas.

No contexto brasileiro, os estudos antropológicos sobre a família têm suas raízes "nas discussões que ocorreram antes e depois da abolição da escravatura" (MARCELIN, 1996, p. 3). No entanto, conforme apontado pelo autor, a reflexão acerca da família foi predominantemente desenvolvida no século XIX, sendo concebida e registrada por pensadores europeus. Esses pensadores, ao explorar as nuances da diferença, empreenderam um esforço para inventariar, documentar, classificar e sistematizar uma série de discursos que refletiam suas concepções acerca de sexo, gênero, família e parentesco. Esses discursos, por sua vez, se entrelaçavam com a ideia de como essas relações moldariam uma sociedade considerada civilizada.

Além desse entendimento, que influenciou diversas pesquisas sobre a estrutura familiar na antropologia, novos estudos abriram caminho para uma compreensão mais precisa e abrangente das diversas configurações familiares presentes no contexto brasileiro, tais como famílias extensas, substitutas ou matrimoniais, conforme discutidas por Santana (2018), Dias (2016) e Fonseca (2009, 2000, 1995). Para melhor compreender a diversidade das formas familiares na sociedade brasileira, torna-se fundamental destacar a importância de uma compreensão mais profunda dos sistemas familiares negros no Brasil, contextualizando-as no âmbito socioeconômico e político dessas famílias, conforme evidenciado por Marcelin (1999). Apesar da importância das outras

configurações familiares, daremos destaque neste estudo a família extensa, com ênfase na sua preservação dentro das famílias negras brasileiras, incluindo sua relevância nas comunidades quilombolas, ressaltamos a importância desta configuração familiar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especificamente em seu artigo 25, encontra a definição de família extensa como "aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, composta por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém laços de espessura e afetividade". Wlamyra Albuquerque (2006) descreveu que entre as sociedades africanas, havia uma estrutura social e econômica que enfatizava o parentesco dentro de famílias extensas, considerando isso como o alicerce inicial da família. Oyèronké Oyèwúmi (2004), por sua vez, argumenta que o princípio predominante na organização das famílias africanas é consanguíneo, não conjugal, em que os laços sanguíneos formam o cerne da família (OYÈWÚMI, 2004). Além disso, a autora destaca que o parentesco é determinado pelo nascimento, e não pelo casamento, bem como, na “família africana” não existe o que chamamos como casa - espacialmente delimitada.

Embora haja diferenças notáveis entre essas perspectivas, é possível identificar pontos de conexão entre elas. À medida que as concepções de família têm evoluído ao longo do tempo, particularmente sob a influência do colonialismo, essas mudanças têm moldado as diversas formas de organização familiares que observamos atualmente. Meu objetivo aqui não é buscar um único “caráter fundador sobre a família” (MARCELIN, 1996, p. 4), mas sim entender como diversas formas de estruturas familiares se desenvolvem sob a influência da cultura africana.

A formação dos quilombos no Brasil serve como base para a estrutura da família extensa, destacando a presença de uma significativa herança cultural (SLENES, 1999). Essa herança, que tem raízes tanto na África quanto nas comunidades quilombolas, foi transmitida principalmente por meio da oralidade, permitindo a perpetuação de modos de vida intrinsecamente ligados à cultura afro-brasileira. É importante notar que esses modos de vida não estão confinados apenas aos quilombos ou às histórias passadas; eles continuam a influenciar diversas famílias, independentemente de sua composição racial, que vivem em um espírito de família extensa, sustentado pelo conhecimento ancestral.

Nesse contexto, quantas vezes nos deparamos com figuras maternas que cuidam de muitos filhos, mesmo que não sejam suas mães? Quantos exemplos encontramos de indivíduos que se reúnem em coletividade para garantir que um deles tenha acesso à

educação, seja na escola ou na universidade? Quantas casas são abertas generosamente para acolher sobrinhos, primos e outros parentes? E quantas vezes testemunhamos compartilhamentos de alimentos, abrigo e, o mais importante, afeto, em comunidades quilombolas?

De fato, as respostas para essas perguntas podem ser encontradas nas próprias comunidades quilombolas, nos terreiros de candomblé e nas favelas, onde a comunidade negra se reúne em um espírito de comunhão e solidariedade. Essas práticas familiares refletem a riqueza da herança africana que transcende fronteiras e perdura na cultura afro-brasileira. Assim, reconhecemos que a família extensa não é apenas uma construção histórica, mas uma parte viva e essencial da experiência contemporânea das comunidades negras no Brasil, fortalecendo os laços culturais e sociais que conectam as gerações presentes e futuras aos seus ancestrais.

O propósito deste artigo também reside em enfatizar que a família em contexto quilombola transcende a mera configuração estrutural, representando, na verdade, uma filosofia africana que foi assimilada, transmitida e preservada desde os tempos de nossos ancestrais africanos, que foram sequestrados e levados à diáspora. Ao longo da história, essa filosofia foi reiteradamente transgredida pelo colonialismo e pelas dinâmicas, aqui no solo brasileiro, da branquitude. Entendemos a branquitude conforme a definição de Ruth Frankenberg (1999), que a descrição como o "lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um local confortável do qual se pode significar ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo" (FRANKENBERG *apud* LOURENÇO, 2010, p. 661), e conforme a argumentação de Cida Bento (2022), que a caracteriza como um "pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, modifica a manter seus atribuições" (BENTO, 2022, p. 18). Essa filosofia chegou a ser reinterpretada e, em alguns casos, instrumentalizada por instituições políticas, conforme já definido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O que denomino aqui como filosofia africana tem como referência, principalmente, o argumento de Oyèrónké Oyewùmí (2004) quando a autora afirma a necessidade de se afastar de uma forma de família especialmente europeia, a do sistema de família nuclear, que é sempre utilizada nas pesquisas de gênero, para a autora a família nuclear é um pensamento ocidental. Oyewùmí ainda aponta que:

> O que é a família nuclear? A família nuclear é uma família generificada por excelência. Como uma casa unifamiliar, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal, e as filhas e filhos. A estrutura da família, concebida como tendo uma unidade conjugal no centro, prestasse à promoção do gênero como categoria natural e inevitável, porque dentro desta família não existem categorias transversais desprovidas dela. Em uma família generificada, encabeçada pelo macho e com dois genitores, o homem chefe é concebido como ganhador do pão, e o feminino está associado ao doméstico e ao cuidado. (OYĚWÙMÍ, 2004, p. 3-4)

Ao explorarmos a relação entre a filosofia africana e a estrutura familiar nos quilombos, adentramos o aspecto da mimese, que se manifesta na interligação da concepção de família na África e nos territórios quilombolas. Tanto nas comunidades africanas quanto nos quilombos que tenho investigado, como Toca Santa Cruz e Fortunato, ambos em Santa Catarina (SANTANA, 2018; 2021), e nas pesquisas acadêmicas realizadas por membros das comunidades tradicionais que estudam quilombos em todo o Brasil (cf. Antônio Bispo Santos, 2015, 2023; Beatriz Nascimento, 1976, 1977; Lélia Gonzalez, 1988, 1991), destaca-se o papel central da mulher nas estruturas sociais que desempenham uma função política vital, participam ativamente no trabalho coletivo, e as relações familiares extrapolam os limites sociais, fundamentadas na filosofia que servem como alicerce para o desenvolvimento das instituições, práticas e sistemas dessas comunidades.

Um exemplo clássico dessa dinâmica é o cuidado dedicado às crianças, que são percebidas não apenas como o "futuro" da comunidade, mas como participantes ativos em suas próprias escolhas, decisões e relações. Essa atenção é prestada por todos, estabelecendo uma conexão que vai além dos laços consanguíneos, mas se fundamenta nos vínculos sociofamiliares e nos costumes da comunidade. Em linhas gerais, Oyewùmí (2004) aponta que, em África, “os relacionamentos são fluidos, e os papéis sociais são situacionais, posicionando continuamente os indivíduos em papéis modificáveis, hierárquicos e não hierárquicos, contextuais” (p. 6). No contexto brasileiro, essas relações são comumente referidas como "família extensa". Apesar de haver uma evidência evidente, ainda persiste uma distinção em relação à família nuclear, o que distancia esse conceito das comunidades quilombolas. Essa afirmação se baseia no fato de que, embora possa existir uma estrutura aparente de “pai, mãe e filhos” dentro das comunidades, a dinâmica cultural molda uma relação familiar que transcende os limites tradicionais das relações familiares.

Talvez seja necessário reconsiderar até mesmo o próprio termo "família extensa", a fim de distingui-lo da interpretação formal consagrada em lei. Contudo, é importante lembrar que, mesmo que essa filosofia tenha sido subestimada e subjugada em muitos aspectos, e que o direito muitas vezes siga uma abordagem eurocêntrica e norte-globalista baseada, por exemplo, no direito romano, diversos conceitos e entendimentos africanos ainda ressoam na cultura jurídica brasileira.

Nesse sentido, podemos também evocar a noção de filosofia hermenêutica, conforme apontada pelo filósofo Odera Oruka (1990), que busca compreender as vivências e experiências dos indivíduos africanos, com o intuito de atenuar os impactos do imperialismo cultural e econômico oriundo do norte global. Essa filosofia hermenêutica não só é relevante na esfera intelectual, mas também ecoa nas comunidades negras, contribuindo para a resiliência sociocultural ao longo do tempo. Assim, a família extensa não é apenas uma estrutura familiar, mas uma filosofia que continua a reverberar, fortalecendo os laços culturais e a identidade das comunidades negras no Brasil.

Deste modo, podemos chamar essa família que se forma nas comunidades quilombolas, nas reuniões de pretos e pretas, nas favelas, de “família afro-diaspórica extensa”, visto que o que as interliga é o pertencimento cultural, o afeto e o cuidado recíproco, sendo perpetuada pelo nosso esforço para existir e do nosso desejo de estar através das obras que testemunham esse esforço e desejo (OKERE, 1983, p. 17). Deste modo, se o primeiro sistema social ao qual está inserido o quilombola, é o próprio quilombo, a família afro-diaspórica extensa é sua primeira construção.

CONCLUSÃO

Buscamos neste texto enfatizar a necessidade de reconhecer e valorizar as intrincadas dinâmicas familiares que permearam o período de colonialismo e escravidão no Brasil. Embora os quilombos sejam frequentemente celebrados como ícones de resistência e comunidade negra, é essencial recordar que esses locais também desempenharam um papel significativo nas relações familiares e nos vínculos afetivos entre pessoas negras. Portanto, a compreensão e a promoção da pesquisa e da narrativa das histórias das famílias negras tornam-se cruciais para preencher as lacunas deixadas pelos escassos registros históricos ou ainda de pesquisas tomadas pela branquitude.

Ao estabelecer um paralelo entre a família extensa e a cultura africana, torna-se claro o impacto dos ensinamentos africanos em nossa sociedade, constituindo uma parte essencial da vida de muitas comunidades afro-diaspóricas. Estas famílias, unidas pelo afeto, cuidado mútuo e senso de pertencimento cultural, desafiam estereótipos arraigados e resistem às opressões históricas, perpetuando assim a rica herança africana que moldou a experiência negra no Brasil.

A percepção dessa riqueza cultural, que pode ser entendida como a expressão da negritude brasileira, corrobora a ideia de Lorraine Leu (2020) de que "a negritude é aquilo contra o qual a modernidade se imagina e se constrói, sob a perspectiva do estado e dos grupos sociais dominantes" (LEU, 2020, p. 22). Leu ressalta que espaços ocupados por populações negras, como as comunidades quilombolas no Brasil, frequentemente enfrentam marginalização em relação ao restante de sua localidade, devido à associação de características estigmatizantes, como "atrasado, colonial, criminoso, indolente, insalubre", à negritude dessas comunidades (LEU, 2020, p. 9).

Isso nos permite compreender que as questões relacionadas à raça em contextos locais estão intrinsecamente ligadas a diversas formas de racialização, indo além do racismo estrutural (ALMEIDA, 2018) que se tornou norma. Essas manifestações de racialização são fortemente influenciadas por contextos geográficos e políticos específicos, que não apenas determinam a posse da terra, mas também influenciam quem é reconhecido com o direito de construir uma família naquele local.

Essa perspectiva também nos leva a questionar se as famílias não-brancas são devidamente reconhecidas como tais pelo sistema jurídico do Estado. Portanto, ao reconhecer a família afro-diaspórica extensa como uma filosofia cultural e social profundamente enraizada em nossas tradições ancestrais, ampliamos nossa compreensão da história e da resiliência das comunidades negras no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra; FILHO, Walter. **Uma história do Negro no Brasil.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARRUTI, José Maurício. 2008. **Quilombos**. In: Raça: Perspectivas Antropológicas. [org. Osmundo Pinho]. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA. Acessado em 30/10/2014: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8749/1/_RAC%CC%A7A_2ed_RI.pdf_.pdf.

BENTO, Cida. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARDOSO, Lourenço. **Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista.** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud (Vol. 8 no. 1 ene-jun 2010).

CARDOSO, Vânia Z. **Narrar o mundo: estórias do "povo da rua" e a narração do imprevisível.** Rio de Janeiro : MANA, 13(2): 317-345, 2007.

CORRÊA, Mariza. 1981. **Repensando a família patriarcal brasileira. Notas para o estudo das formas de organização familiar do Brasil.** Cadernos de Pesquisa. 37: 5-16.

CRUZ, Eliana Alves. **Água de Barrela.** Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018.

DIAS, Renato. **A família escrava no contexto colonial: poder, trabalho e resistência nas Minas setecentistas**; e-hum Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário de Belo Horizonte, vol. 10, n.º 2, Julho/Dezembro de 2017 - www.http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index.

ERMAKOFF, George (2004). **O Negro na fotografia brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro, G. Ermakoff Casa Editorial.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala.** 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZALEZ, Lélia., 1991. **Entrevista ao MNU. Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado**, n. 19, p. 8-9, maio/junho/julho.

_____. 1988. **A categoria político-cultural da Amefricanidade.** Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 92/93; p. 69-82, jan.-jun.

HURSTON, Zora Neale, **"Hoodoo in America", The Journal of American Folklore**, Vol. 44, No 174, 1931, p. 317-417.

LEITE, Ilka. **Os Quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 333-354.

LEU, Lorraine. **Defiant Geographies: Race and Urban Space in 1920s Rio de Janeiro.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2020.

LEWKOWICZ, Ida. **Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LIMA, Valéria. **A Viagem Pitoresca e a História de Debret: por uma nova leitura.** Tese de Doutorado. Departamento de História do IFCH – Unicamp, Campinas, 2003.

MARCELIN, L. H; **A Invenção da Família Afro-Americana: Família, Parentesco e Domesticidade entre os Negros do Recôncavo da Bahia.** 1996. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil diferente. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná.** 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. (1ª edição, Anhembi, 1955).

MATTOSO, Katia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX.** Trad. James Amado. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPQ, 1988.

MOURA, Clóvis: **Rebeliões da Senzala (Quilombos, insurreições, guerrilhas)**, Mercado Aberto, 4ª edição), Porto Alegre, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Origem e histórico do Quilombo na África.** In: Revista USP, n. 28, São Paulo, 1996.

_____ Trecho de entrevista publicada online. **Nova legislação e política de cotas desencadeariam ascensão econômica e inclusão dos negros, diz professor.** Pambazuka, 1º de março de 2010. Disponível em: < https://www.pambazuka.org/pt/security-icts/nova-legisla%C3%A7%C3%A3o-e-pol%C3%ADtica-de-cotas-desencadeariam-ascens%C3%A3o-econ%C3%B4mica-e-inclus%C3%A3o-dos>. Acesso em: 23 mar. 2019.

NASCIMENTO, Abdias do. **Tese do Quilombismo.** In: 2º Congresso de Cultura Negra das Américas (Panamá, 1980).

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Historiografia do Quilombo.** 1977. In: Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

_____. **Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas.** 1981. In: Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.

_____. **Introdução ao conceito de Quilombo.** 1987. In: Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição. Maria Beatriz Nascimento. Diáspora Africana: Editora filhos da África, 2018.

OKERE, T. (1983). Filosofia africana. **Uma investigação histórico-hermenêutica das condições da sua possibilidade.** Lanham, Nova York, Londres: University Press of America.

ORUKA, H. O. (1990). **As questões básicas e metodologia.** In: H. Odera Oruka (ed.). Filosofia sábia: pensadores indígenas e debate moderno sobre a filosofia africana. Nairobi: Centro Africano de Estudos Tecnológicos, 27-40.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the Challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship:**

Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Escravidão Negra em São Paulo.** Rio de Janeiro: Jose Olympio. Escravidão negra em debate. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Contexto, 1998, p. 114.

QUINAS, Georgia. **Amas-de-leite e suas representações visuais: símbolos socioculturais e narrativos da vida privada do Nordeste patriarcal-escravocrata na imagem fotográfica.** RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 8, n. 22, pp. 11 a 44, abril de 2009. ISSN 1676-8965.

RAMOS, Stephane; GOMES, Flávio. **Áfricas em Áfricas: das travessias intelectuais.** Revista da ABPN • v. 13, n. 35 • 2021, p. 242-259.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Viva o povo brasileiro.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

RUGENDAS, Johann Moritz. **Viagem pitoresca através do Brasil.** Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Martins / Edusp, 1972.

SAMARA, Eni de Mesquita. 2002. **O que mudou na família brasileira? (da colônia à atualidade)**. Psicol. USP vol.13 no.2. online www.scielo.br.

SANTANA, Thiago. **"Dois *uterozinhos* por aí…": uma etnografia do processo de suspensão do poder familiar de Gracinha.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2021.

_____. **Direito da Família Quilombola: Sobre a Dimensão Interdisciplinar para a Resolução de Conflitos Familiares em Comunidades Tradicionais**. Monografia (Graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo: modos e significados.** Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

_____. **"A terra dá, a terra quer".** Coedição: UBU PISEAGRAMA. Ilustrações: Santídio Pereira. Brochura 112 p. 2023.

SCHWARTZ, Stuart B. 1988. **Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, 1550-1835**. São Paulo, Cia. das Letras.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX.** 4. impr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 142.

SPELMAN, Elizabeth. **Innesential Woman: Problems of Exclusion in Feminist Thought. Boston: Beacon.** 1998.

Recebido em: 19.10.2023

Aprovado em: 20.11.2023